

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 10/2019-PGJ, DE 17 JULHO DE 2019.**

Altera o § 1º do artigo 3º da Resolução nº 011/2014-PGJ, de 15.5.2014, que regulamenta o pagamento de Auxílio Pré-Escolar (APE) aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 3º da Resolução nº 011/2014-PGJ, de 15 de maio de 2014, e o artigo 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o § 1º do artigo 3º da Resolução nº 011/2014-PGJ, com efeitos a partir de 1º de maio de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. O valor mensal do APE corresponde ao montante de R\$ 800,10 (oitocentos reais e dez centavos) para cada dependente, devendo ser pago diretamente ao servidor, mediante depósito em conta corrente, até o dia 5 de cada mês.”
(NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 17 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2581/2019-PGJ, DE 17.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, no dia 18.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2553/2019-PGJ, DE 15.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Estefany de Oliveira Pezzi, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 15.7.2019, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2555/2019-PGJ, DE 15.7.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sandra Serliz da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Jardim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.7.2019, em razão de férias da servidora Ariadine Galassi da Silva Ribeiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2556/2019-PGJ, DE 15.7.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras, no período de 15 a 24.7.2019, em razão de férias do titular, Paulo Roberto Martins Cavalari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2557/2019-PGJ, DE 15.7.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores, no período de 15 a 24.7.2019, em razão de férias da titular, Claudia Cintra Pereira Neves Regasso.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 105/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos correspondentes.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
LEONARDO SILVA FREITAS	23º	Aviso nº 075/2019-GED (DOMP nº 1968 de 15/05/2019)

DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
NATHALIA REITER DA SILVA	16º	Aviso nº 102/2019-GED (DOMP nº 2002 de 08/07/2019)

1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
JENNIFER CAMILA RODRIGUES PRATES	8º	Aviso nº 101/2019-GED (DOMP nº 2000 de 04/07/2019)

Campo Grande, 17 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 106/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE

DIREITO GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
PEDRO HENRIQUE OVANDO FERNANDES	144º	Aviso nº 102/2019-GED (DOMP nº 2002 de 08/07/2019)

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

DIREITO GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
MATHEUS ROSA DOS SANTOS	16º	Aviso nº 93/2019-GED (DOMP nº 1991 de 19/06/2019)

Campo Grande, 17 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 107/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, /de 03 de agosto de 2018, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no **Item 2** desse Aviso.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada no prédio do Ministério Público Estadual, localizada à rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	09h	ÉLDER DE JESUS ROZENDO	145º
24.07.2019	09h30min	ISABELLY BURTON LOPES	146º

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	14h	ROBERT NIXON SANTANA TOLEDO	67º

1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	14h	BÁRBARA CÂNDIDO PEREIRA DE SOUSA	17º
24.07.2019	14h15min	GUILHERME FELIPE RIBEIRO GOMES SILVA	18º
24.07.2019	14h30min	CÁSSIO SALES DA SILVA	19º

1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ITAPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Av. Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	14h	TAIS DEBOSSAN GIACOBBO	2º

1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	09h	DHIULLY FAUSTINO BORGES	17º

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	09h	MARIA INEZ ALVES DE SOUSA	25º
24.07.2019	09h30min	ADAHIL LUIZ SILVA MENDONÇA	26º

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
24.07.2019	14h	KARINA SOUZA BATISTA	12º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato **Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de **Nível Superior/Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 17 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**Processo nº PGJ/10/1361/2019.****Nota de Empenho nº 2019NE001471, de 02.04.2019**

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.893.405/001-76, Inscrição Estadual nº 28.404.091-6, com sede na Rua São Vicente de Paula, nº 692, Vila Miguel Couto, Campo Grande/MS, CEP: 79.040-240, representada neste ato por **Luciano Rufino da Silva**, brasileiro, CI/RG nº 1209460 SEJUSP/MS e CPF/MF nº 929.506.391-00, contratada para fornecer gravador de DVD e CD/RW externo slim (item 36) ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Nota de Empenho nº 2019NE001471, de 02.04.2019 (fls. 27-28), em decorrência do preço registrado na Ata de Registro de Preço nº 10/PGJ/2018, vinculada ao Processo nº PGJ/10/2485/2018 e ao Pregão Presencial nº 30/PGJ/2018-SRP, da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 60-65, do Processo nº PGJ/10/1361/2019, cujo dispositivo é o que segue, para **oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993: “ (...) Destarte, acolhendo a fundamentação do parecer jurídico e o relatório do gestor e fiscal da contratação: a) **APLICO** à empresa **HABITAR COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**, em face do descumprimento dos subitens 4.4 e 5.1.1 da Ata de Registro de Preço nº 10/PGJ/2018, combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a sanção de **MULTA POR INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO NO IMPORTE DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O VALOR DA NOTA DE EMPENHO Nº 2019NE001471 (Cláusula Oitava, item 8.1.3, da ARP nº 10/PGJ/2018)**; b) Ainda, com amparo no subitem 7.1.1. da Ata de Registro de Preços em comento c/c o artigo 9º, inciso I, da Resolução nº 0014/2011-PGJ, **DETERMINO o cancelamento do item 36 da Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2018, que tem como beneficiária a empresa Habitar Comércio em Geral e Serviços Eireli**. Considerando que foi demonstrado pela contratada o desinteresse no cumprimento da obrigação, DETERMINO a remessa dos autos à Secretaria de Finanças para efetuar o cálculo da multa imposta, assim como para cancelar o saldo de empenho. Após as providências da Secretaria de Finanças, remetam-se os autos à Secretaria de Administração para providenciar a intimação da empresa Habitar Comércio em Geral e Serviços Eireli dessa decisão, tanto por meio pessoal, quanto por meio de publicação no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe o prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, **bem como notificando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente às multas aplicadas**. Após, retornem conclusos para que, seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja incluído o registro da penalidade aplicada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como para que a empresa seja comunicada deste registro.” **INTIMA-SE**, ainda, a **adimplir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta, **a sanção de multa por inexecução total do objeto aplicada no patamar de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2019NE001471, de 02.04.2019, correspondendo ao valor de R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), conforme memória de cálculo em anexo (fls. 67-68). O valor total de R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa**. Por fim, os autos nº PGJ/10/1361/2019 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/1361/2019 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0003/2019/01PJ/CRNS**

A Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil: 09.2019.00002506-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Coronel Sapucaia MS

Assunto: Municipal

Objeto: Reunir informações sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Coronel Sapucaia/MS.

Amambai (MS), 11 de julho de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0016/2019/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2019.00002521-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Assunto: Municipal

Objeto: Reunir informações sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Amambai (MS)

Amambai (MS), 11 de julho de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0001/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003562-6

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003562-6, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de danos ambientais em decorrência de má conservação de solo nas propriedades vizinhas à Estância Santa Luzia, bem como em razão do asfaltamento de rodovia feito pelo Estado de Mato Grosso do Sul".

Dois Irmãos do Buriti-MS, 25 de junho de 2019

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal ¹

EDITAL 0006/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003565-9

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003565-9, o qual se encontra à disposição na Av. Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar possíveis irregularidades em serviços prestados na região da Vila Nova, em Dois Irmãos do Buriti.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 25 de junho de 2019

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal ²

¹ PORTARIA Nº 1736/2019-PGJ, DE 21.5.2019

² PORTARIA Nº 1736/2019-PGJ, DE 21.5.2019